



Foto Acervo IEPHA/MG

IEPHA/MG ACOMPANHA
OBRAS DO PROJETO
MONUMENTA NO SERRO.
IGREJA DO SENHOR BOM
JESUS DE MATOZINHOS,
MATRIZ DE NOSSA
SENHORA DA CONCEIÇÃO
E CHÁCARA DO BARÃO
ESTÃO SENDO
RECUPERADAS
PÁG. 5



Chácara do Barão do Serro

VOCÊ RECONHECE?
RESPOSTA PÁG. 2



PEQUENOS
OIHARES
sobre o patrimônio

COMPROMISSO CUMPRIDO:
REAJUSTE DOS VENCIMENTOS

JÁ É LEI

PÁG. 3

CONJUNTOS FERROVIÁRIOS
SÃO IMPORTANTE ACERVO DA
MEMÓRIA DE MINAS

PÁG. 7

Notícias

Editorial

No ano em que o nosso maior arquiteto completou 100 anos de vida, o seu maior legado fica talvez para além de sua obra - as lições de profunda sabedoria destiladas nas entrevistas que não tem-se furtado a conceder.

Numa delas, Niemeyer falou que a humanidade carece do sentimento de solidariedade. Falta-nos essa virtude, disse Oscar. Com ela, melhor o homem, melhor o mundo.

O começo de um novo ano chama à reflexão e à idealização de prospecções bem-sucedidas para os diferentes planos da existência. Precisamos incorporar a todas essas projeções o sentimento de que fala Niemeyer. Não é difícil incorporá-la ao nosso cotidiano - difícil é apartar a solidariedade da civilidade que, por sua vez, só é atingida por meio da cultura. Solidariedade também é pressuposto para a preservação do patrimônio cultural, pois é pensando no amanhã, e naqueles que ainda virão, que as políticas para a área se justificam.

O IEPHA/MG inaugura 2008 preparado para exercer de forma efetiva a sua mais importante finalidade institucional, no atual contexto federativo, qual seja a de cooperar com os municípios mineiros

na difusão, promoção, implantação e aprimoramento de suas políticas próprias de proteção ao patrimônio cultural.

E como o IEPHA exerce essa "solidariedade federativa"? Aperfeiçoando o ICMS Solidário, no que toca aos critérios para distribuição do ICMS Patrimônio Cultural, criando um fundo específico para investimento de recursos em projetos destinados a patrimônio cultural, dando seguimento a uma política de valorização do corpo técnico do Instituto, implantando um programa voltado para a fiscalização preventiva dos bens tombados em nível estadual, difundindo notícias e informações referentes ao patrimônio cultural para todos os municípios mineiros, por meio da próxima edição, em novo formato, deste **Bem Informado** (atendendo a pedidos do público e da crítica!).

Ao novo jornal e a todos nós, um 2008 de mais sucesso ainda.

Liana Portilho
Presidente

PEQUENOS
OIHARES
sobre o patrimônio



Detalhe de retábulo do séc. XVIII, em madeira policromada, com características do Barroco. A peça pertence ao acervo de arte sacra do Museu Mineiro.

De origem desconhecida, mede 2,78m de altura por 4m de largura. Até o momento não foi encontrado nenhum registro documental sobre o retábulo que integra a coleção de Geraldo Parreiras.

Uma das mais significativas coleções existentes no Museu Mineiro, com 187 objetos raros, foi adquirida pelo Governo do Estado em 1978, durante o processo de implantação do museu, que foi inaugurado em 1982.

Geraldo Parreiras - pintor, engenheiro e colecionador compulsivo -, numa busca incansável, conseguiu formar sua coleção particular com peças religiosas de grande valor histórico e artístico, encontradas em antiquários, fazendas e pequenos povoados do interior de Minas Gerais. A maioria de suas peças tem origem presumida nas regiões de Sabará, Caeté, Santa Bárbara e São João del Rei.

Vista geral do retábulo instalado na galeria principal do Museu Mineiro, em Belo Horizonte

IEPHA/MG INAUGURA 2008 COM NOVA TABELA DE VENCIMENTOS JÁ PUBLICADA

Foi publicada na edição do “Minas Gerais”, do dia 8 deste mês, a Lei nº 17.329, de 7 de janeiro deste ano, que reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das carreiras do IEPHA/MG. A correção, aprovada em prazo menor que o previsto, graças ao empenho da presidência do instituto, vem consolidar a política desta gestão, que tem como prioridade a valorização do corpo técnico da casa.

As novas tabelas eram um anseio antigo dos funcionários, já que o último reajuste salarial no instituto havia ocorrido em 1995. “Nesta primeira etapa da nova gestão, concentramos esforços para aprovação desta nova realidade salarial por acreditarmos que a valorização do pessoal passa também pela remuneração”, salienta a presidente do IEPHA/MG, Liana Portilho.

Ela também ressalta que esta é apenas uma das fases de reestruturação por que passa a instituição. “Devemos lembrar que a reestruturação administrativa passa não só por criação de novas unidades internas, mudanças de setores e atribuições. Mas pressupõe, principalmente, a melhoria das estruturas de cargos e salários do IEPHA, o que conseguimos, já num curto prazo, implementar, graças à secretária de Estado de Cultura, Eleonora Santa Rosa, e à extrema sensibilidade do governador Aécio Neves para com a questão do patrimônio cultural”, frisa a presidente.

No decorrer de 2008, uma das missões da nova gestão do IEPHA é fomentar e criar políticas públicas de patrimônio cultural, que tenham alcance bem maior do que meramente a tarefa de execução de obras. Reuniões de trabalho vão acontecer ainda neste mês para que o planejamento estratégico das ações seja traçado, integradamente, por todas as diretorias do Instituto.

Lei nº 17.329, de 7 de janeiro de 2008

O Governador do Estado de Minas Gerais, o Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º As tabelas de vencimento básico das carreiras de Analista de Gestão, Proteção e Restauro, de Técnico de Gestão, Proteção e Restauro e de Auxiliar de Gestão, Proteção e Restauro, constantes nos itens VII.3.1, VII.3.2 e VII.3.3 do Anexo VII da Lei nº 15.961, de 30 de dezembro de 2005, passam a vigorar, a partir de 1º de janeiro de 2008, na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Ficam criadas setenta e uma unidades e vinte centésimos de DAI-unitário e setenta e cinco unidades e doze centésimos de FGI-unitário, a que se referem, respectivamente, os arts. 2º e 8º da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, destinadas ao Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha.

§ 1º Os quantitativos de DAI - unitário e de FGI-unitário do Iepha, constantes do item IV.1 do Anexo IV da Lei Delegada nº 175, de 2007, passam a ser, respectivamente, de cento e sessenta e quatro unidades e vinte centésimos, e de setenta e cinco unidades e doze centésimos, passando o item V.32.2 do Anexo V da Lei Delegada nº 175, de 2007, a vigorar na forma constante do Anexo II desta lei.

§ 2º Serão estabelecidas em decreto a identificação e respectiva forma de recrutamento dos cargos constantes no Anexo II desta lei, observando o disposto no art. 6º da Lei Delegada nº 175, de 2007.

§ 3º As funções gratificadas criadas neste artigo terão sua identificação e sua destinação fixadas em decreto.

Art. 3º O vencimento dos cargos da Administração Superior do Iepha, a que se refere o item V.32.1 do Anexo V da Lei Delegada nº 175, de 2007, passa a vigorar na forma constante do Anexo III.

Art. 4º O art. 2º-A da Lei nº 14.693, de 30 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º-A. Para cálculo da ADE, serão considerados:

I- o resultado satisfatório obtido pelo servidor na ADI ou na AED;

II- o número de resultados satisfatórios obtidos pelo servidor nas avaliações mencionadas no inciso I;

III- o vencimento básico do servidor.

§ 1º Os valores máximos do ADE correspondem a um percentual do vencimento básico do servidor, estabelecido conforme o número de resultados satisfatórios por ele obtidos na ADI ou na AED, nos termos do Anexo desta Lei.

§ 2º O valor da ADE a ser pago ao servidor será calculado por meio da multiplicação da centésima parte do resultado obtido na ADI ou na AED, no ano de cálculo do referido adicional, pelo percentual do vencimento básico de que trata o Anexo desta Lei.

§ 3º Para apuração do resultado da AED, considera-se a média do somatório das notas de suas três etapas.

§ 4º A apuração dos resultados a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, bem como a da conclusão de período de estágio probatório, será feita em dezembro de cada ano, para o cálculo do ADE a ser percebido no ano subsequente.

§ 5º Caso as avaliações de desempenho não ocorram dentro do prazo previsto, o valor da ADE devido mensalmente será aquele apurado no período anterior”.

[...]

Art. 6º Fica revogado o art. 3º da Lei nº 14.693, de 30 julho de 2003.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 7 de janeiro de 2008; 220º da Inconfidência Mineira e 187º da Independência do Brasil.

Aécio Neves
Danilo de Castro
Renata Maria de Paes Vilhena

ARRAIAL NASCIDO DO OURO

Foto Acervo IEPHA/MG



Núcleo histórico de Córregos

Por volta de 1701, um grupo de bandeirantes sabarenses, chefiados pelo coronel Antônio Soares Ferreira, encontrou grande quantidade de pepitas de ouro nas proximidades de um rio. Este curso d'água recebeu o nome de Santo Antônio. Ali foi erguida uma pequena capela, sob a invocação de Nossa Senhora Aparecida dos Córregos. Assim surgiu o arraial de mesmo nome.

O pequeno lugarejo se desenvolveu em função da exploração mineral. Seus habitantes mineravam também perto dos rios das Pedras e Vermelho. A maioria da mão-de-obra era empregada na extração do ouro. Naquela época, a população chegou a 3 mil habitantes.

A pecuária, o comércio e a produção de alimentos também contribuíram para o desenvolvimento e crescimento do arraial. Com a decadência da extração aurífera, a agricultura passou a ser a sua principal atividade.

O distrito de Nossa Senhora Aparecida de Córregos foi criado pela Lei Provincial de nº 902, em 1858. Elevado a freguesia em 1877, em 1911 passou a ser denominado simplesmente Córregos.

Com paisagem urbana expressiva, Córregos conserva seu núcleo histórico com as características de sua origem colonial, mantém suas tradições religiosas e folclóricas e resiste ao tempo. A apenas 24 quilômetros de Conceição do Mato Dentro, o distrito de Córregos teve seu núcleo histórico tombado pelo IEPHA/MG no dia 6 de novembro de 2001.

O BEM INFORMADO REPUBLICA, A PEDIDO DA COMISSÃO DE ÉTICA, A MENSAGEM DE NATAL DO IEPHA/MG, DO ANO DE 1990, EM HOMENAGEM À MEMÓRIA DE SEU AUTOR, GUIDO DE SOUZA ROCHA.*

Desenho sobre água forte de Dürer, 1504.

"Resulta um imperativo ético, ao mesmo tempo em que é um benefício econômico, servir-se do já construído".

ICOMOS, Caracas, 1973

* Guido de Souza Rocha, sociólogo e artista plástico, foi Superintendente de Desenvolvimento e Promoção do IEPHA/MG, cargo correspondente ao de Diretoria atualmente, e professor da Escola Guignard. Ajudou a construir o IEPHA/MG, introduzindo na Instituição todos os fundamentos do trabalho de participação das comunidades na preservação e valorização do patrimônio cultural. A relevância de suas contribuições o inscreve, para sempre, na memória deste Instituto.

Guido morreu no ano de 2007. A ele nossas homenagens e agradecimentos pelo exemplo de dedicação a um ideal.



"Resulta um imperativo ético ao mesmo tempo em que é um benefício econômico, servir-se do já construído" ICOMOS, Caracas, 1973

OBRAS NO SERRO RECUPERAM MARCOS HISTÓRICOS E ARQUITETÔNICOS DA CIDADE

Laura Lage*, Danielle R. Lima e Mônica Tolentino**

Entre as 26 cidades onde o Projeto Monumenta atua está o Serro, município tombado como patrimônio federal em 1938. Quatro obras de restauração estão em andamento na cidade, com o acompanhamento do IEPHA/MG: Igreja do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, Chácara do Barão do Serro e Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, assim como seus elementos artísticos. Em 2006, os elementos artísticos da Igreja do Senhor Bom Jesus de Matozinhos já haviam sido restaurados.

A Matriz de Nossa Senhora da Conceição fica na Praça Getúlio Vargas, conhecida como Largo do Pelourinho, criando um eixo visual com a Igreja do Bom Jesus de Matozinhos, pela Rua do Pelourinho ou Ladeira da Matriz. A edificação data do final do século XVIII e sua construção se arrastou por quase um século.

A Igreja do Bom Jesus de Matozinhos foi erguida provavelmente no final da década de 1770 e início da de 1780. É estrategicamente posicionada em diálogo com a Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Situada em uma parte da cidade de baixo relevo, ao contrário das outras igrejas do Serro, a edificação reflete bem as linhas de uma arquitetura singela, elegante e de apurado gosto. Foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1944. Já os elementos artísticos - altares colaterais, altar-mor, forro da capela-mor e painéis laterais - foram tombados em 1949.

A Chácara do Barão do Serro é importante marco histórico e arquitetônico da cidade. Localizada no perímetro urbano, na margem esquerda do Córrego dos Quatro Vinténs, foi construída na segunda metade do século XIX, nos tempos áureos do baronato no Serro, nos moldes das casas de arrabalde encontradas na historiografia da arquitetura brasileira na zona litorânea. É de proporções comuns às tradicionais construções do gênero, destacando-se, entretanto, pelo estilo peculiar e requintado trabalho em cantaria. Apresenta partido arquitetônico em "U", envolvendo um pátio central de piso em pedras e seixos rolados, formando magnífico desenho.

Além das obras em andamento, os imóveis privados da Área de Projeto têm relevância pelo extenso acervo arquitetônico que requer restauração e manutenção. Os imóveis são selecionados por meio de edital e os proprietários, cujos projetos são aprovados, podem assinar o contrato de financiamento e receber os recursos para executar as obras de recuperação. Atualmente existem seis contratos assinados, cinco a assinar e 22 imóveis em análise.

O programa

O Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura, resultante de Contrato de Empréstimo entre o BID e o governo brasileiro, e tem apoio da Unesco. Seu objetivo é a recuperação do patrimônio histórico urbano brasileiro sob tutela federal, procurando integrar esta recuperação com o desenvolvimento sócio-econômico.

O programa apóia e realiza projetos de educação patrimonial, para despertar a consciência das pessoas para a importância do



Igreja do Senhor Bom Jesus de Matozinhos



Chácara do Barão do Serro



Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição

patrimônio. São feitas campanhas educativas, vídeos institucionais, guias e cartilhas, oficinas e cursos, e exposições que reúnem imagens e textos sobre os monumentos e obras de preservação realizadas.

Sua implementação se dá a partir de convênio entre o Ministério da Cultura, Prefeituras e/ou Estados. No caso do Serro, assinaram o convênio, no valor de R\$ 3.984 mil, em maio de 2005, a União, por meio do Ministério da Cultura, o Governo de Minas Gerais (primeiro convenente), a Prefeitura do Serro (segundo convenente) e o IEPHA/MG (executor).

Em cada cidade é criado o Fundo Municipal, com objetivo de financiar ações de preservação e conservação das áreas submetidas à intervenção do programa. Seu conselho curador é o responsável por supervisionar a aplicação dos recursos.

*Arquiteta da Gerência de Projetos e Obras - IEPHA/MG

**Arquitetas da Equipe do Monumenta Serro

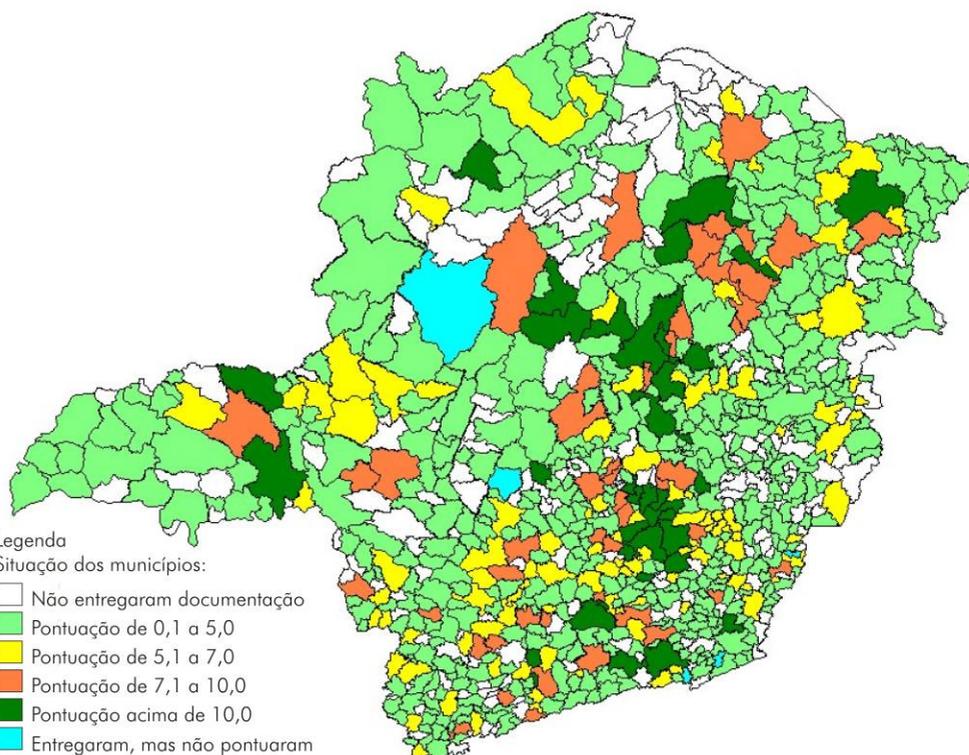
SAI PONTUAÇÃO DEFINITIVA DO ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL - EXERCÍCIO 2008

Carlos Henrique Rangel*

São 12 anos de existência do grande programa de descentralização e municipalização da proteção do patrimônio cultural mineiro, conhecido por ICMS Patrimônio Cultural - um dos critérios de repasse dos recursos do ICMS, criado pela Lei 12.040, de 1995, e modificado em 2000 pela Lei 13.803/00.

Regido por deliberações normativas sempre aperfeiçoadas para melhor atender às demandas municipais de preservação do acervo cultural, o ICMS Patrimônio Cultural tem como princípio norteador o ser humano como agente transformador e produtor cultural, que se fortalece e se afirma quando tem os seus lugares da memória reconhecidos, divulgados, protegidos e valorizados.

As exigências definidas no critério ICMS Patrimônio Cultural fazem com que os municípios instituam instrumentos legais, participativos e técnicos, como leis de proteção, existência e funcionamento do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e departamento administrativo definido no organograma da prefeitura para o desenvolvimento dos trabalhos técnicos necessários para a elaboração de processos/dossiês de tombamento, projetos de educação patrimonial, laudos técnicos de estado de conservação dos



bens culturais, planos de inventários e relatórios de investimentos e de atividades culturais.

Para o exercício 2008, o número de municípios pontuados chegou a 660. O prazo para entrega da documentação foi 16 de abril de 2007. A primeira etapa da análise dos mais de quatro mil documentos, apresentados por 648 municípios, foi de maio a outubro, com o envio das fichas de análise às prefeituras e divulgação da pontuação provisória no site do IEPHA/MG, abrindo o prazo para agendamento presencial visando à revisão e esclarecimentos. Na

segunda fase da análise (19 de outubro a 7 de dezembro), foram atendidos presencialmente 231 municípios e outros 94 solicitaram revisão via ofício.

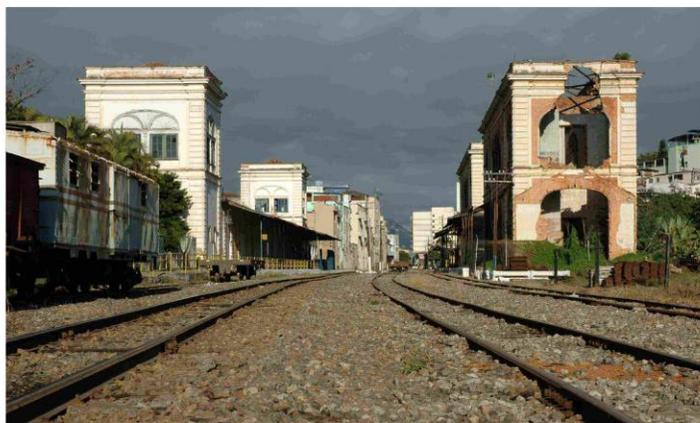
Graças ao ICMS Patrimônio Cultural, o IEPHA/MG possui atualmente, informações históricas e arquitetônicas com fotografias e plantas sobre mais de 2.800 bens tombados pelos municípios nas categorias núcleos históricos, conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, bens imóveis e bens móveis, mais de 10 mil fichas de bens inventariados e 596 projetos de educação patrimonial.

* Diretor de Promoção

Tabela anual com o número de municípios pontuados, o valor médio repassado por ponto e o total geral de repasses.

Exercício	Nº de municípios pontuados	VALOR POR PONTOS Média em R\$	TOTAL DO REPASSE EM R\$
1996	106	11.977,00	-
1997	122	17.131,23	9.030.781,46
1998	167	14.322,00	13.059.563,00
1999	233	12.457,87	14.131.825,60
2000	186	17.588,99	16.859.334,35
2001	218	17.065,13	18.364.967,00
2002	334	23.928,80	20.954.460,89
2003	356	17.121,26	24.321.056,15
2004	454	17.395,78	28.749.378,53
2005	392	20.680,00	33.962.569,30
2006	586	18.690,29	37.065.166,48
2007	630	-	-
2008	660	-	-

CONJUNTOS FERROVIÁRIOS SÃO TESTEMUNHOS DA HISTÓRIA



Conjunto ferroviário de Além Paraíba

Delmarí Angela Ribeiro *

Um trem de luxo parte...

Com a chegada de novas composições e modelos, novas cargas e novos donos, a rede ferroviária brasileira ganha nova conformação. Mas aquela Maria Fumaça, aquele “trem” tão nosso conhecido, remanescente do desbravamento do território mineiro no século XIX, praticamente desapareceu deixando na paisagem muitas estações e plataformas vazias.

Restou uma rede imensa de conjuntos arquitetônicos ferroviários que, sem nova utilização, estão ameaçados. Alguns se deterioram rapidamente, como é o caso do conjunto de edificações ferroviárias de Além Paraíba, de Ribeirão Vermelho ou da Estação da Gameleira, em Belo Horizonte.

Em parceria com a SETOP, o IEPHA/MG, em 2006, implementou a primeira etapa do Programa Trens de Minas, na busca da preservação do patrimônio cultural ferroviário do Estado. Por meio do inventário de proteção do acervo cultural ferroviário; de processos de tombamento; de cursos e oficinas de educação patrimonial; e de laudos técnicos, iniciou-se o trabalho em 154 municípios. Os objetivos eram identificar e cadastrar o patrimônio ferroviário edificado e os arquivos da RFFSA; diagnosticar estados de conservação e degradação; indicar medidas de proteção; e instrumentalizar as ações do poder público.

A Estação da Gameleira, que se encontra sem uso, foi inventariada e um laudo do seu estado de conservação foi encaminhado ao Ministério Público e à Prefeitura de Belo Horizonte para efetivar seu projeto de restauração, ainda não viabilizado por falta de recursos. No entanto, sua arquitetura mais elaborada, em relação à maioria das estações ferroviárias, revela seu valor e sua singularidade no quadro arquitetônico ferroviário e, portanto, merecedor de permanência na nossa história.

Tempos de riqueza

No Sul do estado, em 1871, foi construído o complexo ferroviário de Além Paraíba, que fazia o escoamento da produção cafeeira da Zona da Mata pela Estrada de Ferro Pedro II. Em 1890, com a Estação Ferroviária Leopoldina, foram construídos a rotunda, oficinas, serraria e galpões ainda existentes. A Estação Ferroviária de Porto Novo, edificada em 1871, hoje se encontra em lamentável estado de conservação. Laudos técnicos alertam sobre a iminente perda dos torreões, que requerem captação de recursos para a sua restauração.

O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Ferroviário de Ribeirão Vermelho é formado pela estação ferroviária, rotunda, oficinas, armazém de baldeação, galpões, caixa d'água; além da Casa do Chefe da Estação, da Casa do Agente da Estação e do pontilhão, entre outras edificações. Esse patrimônio histórico remonta ao ano de 1888, quando da chegada da Ferrovia Oeste de Minas, que promoveu a dinamização social local. Sem uso durante anos, o complexo vem se deteriorando cada vez mais. A prefeitura local, junto com o IEPHA/MG e do Ministério Público, se empenha na busca de parceiros para a restauração das edificações e revitalização desse singular Conjunto Ferroviário.

Ao potencial turístico dessas estações e conjuntos ferroviários se somam seus valores identitários, históricos, culturais e, sobretudo, a valorização social e econômica da população de diversos municípios paralisados diante do avanço de interesses externos. No entanto, ações pontuais são exemplares no sentido de resgatar o patrimônio material e imaterial ferroviário e a elas devemos somar nossos esforços. Para que cada vez mais parceiros invistam na preservação do acervo ferroviário de Minas fica nossa saudação ferroviária a todos que até agora acreditaram e buscaram meios para salvaguardar esse rico patrimônio.

* Arquiteta da Gerência de Projetos e Obras

Foto Delmarí A. Ribeiro



Estação ferroviária da Gameleira, em Belo Horizonte

JANEIRO			
03/01	Luiz Carlos Rosa Martins	MGS	2856
06/01	Marcelo Viana de Avila	GPO	2829
08/01	Vânia Maria Leite Rocha	GPI	2878
10/01	Ana Lucia Palhares Esteves da Fonseca	DPM	2874
15/01	Vânia Rosa Parreira	GEA	2832
22/01	Antônia Cristina de Alencar Pires	GDI	2895
22/01	Rodrigo Augusto Silva Freitas	GPM	2877
25/01	Fabiana Machado Santiago	DPGF	2840
29/01	Gelvane Costa Nunes	GEA	2833
29/01	Miguel Angelo Capobianco	GAP	2827
31/01	Ana Carolina Barbosa Ferreira	CLCC	2847

Dicas

FIQUE POR DENTRO DO COLESTEROL

O colesterol é uma substância importante para a nossa saúde, porque é usada na formação da membrana das células do corpo e de alguns hormônios, além de servir como uma capa protetora para os nervos. No entanto, em excesso, pode causar uma série de problemas, como doenças cardíacas.

- O colesterol alto não apresenta sintomas. A única maneira de saber se o colesterol está alterado é fazendo um exame de sangue.
- O colesterol alto pode ocorrer em qualquer pessoa, porém é mais comum naquelas com estilo de vida associado à falta de atividade física e alimentação inadequada.
- O "colesterol ruim" - LDL - contém os maiores componentes de gordura. Ele corresponde normalmente por 60 a 80% do colesterol total. É ele que "gruda" e entope as artérias, causando a obstrução arterial.
- O "colesterol bom" - HDL - pode proteger as artérias levando o colesterol para longe da parede arterial (evitando possíveis entupimentos), a fim de ser transformado em bile no fígado e excretado pelo intestino.
- A redução do colesterol se dá com a reeducação alimentar e atividades físicas. Quando estas medidas não são suficientes, é necessário também o uso de medicamentos.

Fonte: www.terra.com.br

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 Governador: Aécio Neves
 Vice-governador: Antônio Augusto Anastasia

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
 Secretária: Eleonora Santa Rosa
 Secretário Adjunto: Marcelo Braga de Freitas

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS
 Presidente: Liana Portilho
 Vice-presidente: Carlos Roberto Noronha
 Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza
 Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças: Fabiana Machado Santiago
 Diretora de Proteção e Memória: Maria Marta Martins de Araújo
 Diretor de Promoção: Carlos Henrique Rangel

BEM INFORMADO INFORMATIVO DO IEPHA/MG
 Assessoria de Comunicação
 Jornalista Responsável: Beatriz Teixeira de Salles - MG 03802JP
 Jornalista: Sandra Ribeiro Araújo - 4577
 Projeto Gráfico/Diagramação: Christiane Bolda
 Relações Públicas: Pedro Souza Pinto
 Fotos: Izabel Chumbinho
 Impressão em papel Reciclado 120g/m³.
 Tiragem: 300 exemplares - Periodicidade: mensal - Distribuição gratuita e dirigida - É permitida a reprodução total ou parcial de textos e fotos, desde que citados o autor e a fonte.



CULTURA
 Praça da Liberdade, s/ nº - 4º andar - CEP: 30.140 - 010
 BH/MG - Tel (31) 3235 - 2800 - Fax (31) 3235-2858
 e-mail: jornal@iepha.mg.gov.br